RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 201608837

Código MEC: 1492282

**Código da
Avaliação:** 140155

**Ato
Regulatório:** Autorização

**Categoria
Módulo:** Curso

Status: Finalizada

Instrumento: 298-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Autorização
(presencial)

**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

Faculdade do Norte de Mato Grosso - AJES

Endereço da IES:

56035 - SEDE - Guarantã do Norte - Rua Oitis, s/n Industrial. Guarantã do Norte - MT.
CEP:78520-000

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

Informações da comissão:

**Nº de
Avaliadores :** 2

**Data de
Formação:** 08/08/2018 13:50:16

**Período de
Visita:** 16/09/2018 a 19/09/2018

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

Edson Moura da Silva (52405214687) -> coordenador(a) da comissão

Adelcio Machado dos Santos (53318161934)

CONTEXTUALIZAÇÃO

Instituição:

Curso:

SÍNTESE DA AÇÃO PRELIMINAR À AVALIAÇÃO

Síntese da ação preliminar à avaliação:

CATEGORIAS AVALIADAS

Análise preliminar

Informar nome da mantenedora.

Academia Juinense de Ensino Superior LTDA - ME

Informar o nome da IES.

Faculdade do Norte do Mato Grosso - AJES

Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

A Faculdade do Norte de Mato Grosso – AJES, com sede a Rua Oitis, s/n, na cidade de Guarantã do Norte, estado do Mato Grosso solicitou em 2012 o processo de credenciamento e autorização de 4 cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem e Letras. Em 2013 recebeu a visita in loco do processo de credenciamento e obteve Conceito Institucional - CI 4, e em 05 de junho de 2015 foi publicado o credenciamento da Instituição por meio da Portaria n° 538 com validade de 4 anos. Em 2013 os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem e Letras receberam avaliação in loco dos processos de autorização dos cursos e obtiveram Conceito de Curso – CC 4 em todos os cursos. No dia 29 de junho de 2015 os cursos tiveram suas Portarias publicadas: Administração e Letras por meio da Portaria n° 489, Enfermagem na Portaria n° 488 e Ciências Contábeis na Portaria n°490. Também em 2015 solicitaram a autorização de mais dois cursos Fisioterapia e Psicologia. Em 2016 os cursos receberam avaliação in loco do processo de autorização dos cursos e obtiveram os seguintes Conceito de Curso: Fisioterapia – CC 4 e Psicologia – CC 3. O Curso de Fisioterapia foi autorizado em 31 de março de 2017 por meio da Portaria n° 238, e o Curso de Psicologia foi autorizado em 04 de julho de 2017 com a publicação da Portaria n° 676. Em 2016 solicitaram autorização dos Cursos de Odontologia e Curso Superior de Tecnólogo em Serviços Judiciais. Em 2017 o curso de Odontologia recebeu avaliação in loco do processo de autorização e obteve Conceito de Curso – CC 4. Em 27 de setembro de 2017 o Curso de Odontologia teve sua autorização publicada na Portaria n° 1020. O Curso Superior de Tecnologia em Serviços Judiciais se encontra em processo de avaliação. Em 2017 solicitaram também autorização dos cursos de Direito e Biomedicina, e em 2018 foi solicitado a autorização do curso de Estética e Cosmética. A instituição tem autorizados 7 cursos de graduação, e oferta 5 cursos de especialização.

Descrever o perfil e a missão da IES.

A Faculdade do Norte do Mato Grosso apresenta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional a Missão de “Constituir-se em um centro de excelência de Ensino Superior, comprometido em produzir e difundir o conhecimento científico como promotor do desenvolvimento humano, ético, social e cultural, contribuindo para a formação de profissionais competentes, através de um ensino inovador e de qualidade articulado com a pesquisa e extensão, mediante a integração dos cursos ofertados, objetivando instrumentalizar para o enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo,

propiciando melhoria na qualidade socioeconômica e educacional do país.” E, como visão: “Ser uma instituição de excelência na promoção do desenvolvimento profissional, tecnológico e humanístico de forma ética e sustentável beneficiando a sociedade, alinhado às regionalidades em que está inserido. Apresenta ainda como valores: “Ética – Requisito básico orientador das ações institucionais; Desenvolvimento Humano – Fomentar o desenvolvimento humano, buscando sua integração à sociedade por meio do exercício da cidadania, promovendo o seu bem estar social; Inovação – Buscar soluções para as demandas apresentadas; Qualidade e Excelência – Promover a melhoria contínua dos serviços prestados; Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de publicação das ações da gestão, aproximando a administração da comunidade; Respeito – Ter atenção com alunos, servidores e público em geral; e Compromisso Social e Ambiental – Participa efetivamente das ações sociais e ambientais, cumprindo seu papel social de agente transformador da sociedade e promotor da sustentabilidade. A Instituição apresenta também sua vocação: “A IES acredita no princípio democrático e, particularmente, no ensino superior como locus de realização da cidadania, e que o ensino não pode estar dissociado da pesquisa e da extensão. As instituições de ensino superior não podem prescindir de um corpo docente qualificado, dotado de titulação pertinente, que haverá de ser constantemente prestigiado. Tem como certo, por fim, que as IES devem ficar atentas ao processo civilizatório que transita pelo país, razão pela qual haverão de participar continuamente, no campo da pesquisa e, mesmo nos do ensino e extensão, do esforço para pensar o Brasil, enquanto nação, mercado e formação social.

Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a criação do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.

Com base nos estudos realizados pela IES acerca da demanda social acerca desse curso verifica-se que a micro região contém potencial para o curso Superior em Tecnologia de Gestão em Serviços Judiciais é composta por 17 (dezesete) municípios, sendo eles: Guarantã do Norte (34.218 341809; Matupá (15.654 habitantes); Novo Mundo (8.549 habitantes); Peixoto de Azevedo (33.296); Terra Novo Norte (8.916 habitantes; Nova Santa Helena (3.581 habitantes); Carlinda (10.258 habitantes); Itaúba (3.905 habitantes); Cachoeira da Serra, 4.000 habitantes); Marcelândia (10.639 habitantes); Castelo dos Sonhos (15.000 habitantes); Paranaíta (10.864 habitantes); Novao Canaã do Norte (12.355 habitantes); Nova Monte Verde (8.730 habitantes); Novo Progresso (25.100 habitantes); Nova Bandeirantes (10.106 habitantes); Ápiacas (14.106 habitantes). A região hospeda muitas organizações que demandam os serviços do profissional do curso em análise, à guisa de exemplo, avultam órgãos policiais, judiciais, ministeriais e escritórios de advocacia. Posto que a instituição mantenedora do curso, enquadrada na organização acadêmica de faculdade, não mantém compromissos formais com a pós-graduação, verifica-se experiências positivas nessa área, nomeadamente projetos de iniciação científica e cursos de pós-graduação 'lato sensu'. De outro lado, exsurge que as políticas institucionais e ações acadêmicas de extensão mantém estreita sintonia

com as aspirações regionais, sobretudo com as casos de diversidade, vulnerabilidade social e gestão ambiental. Por pertinente, exare-se que o Projeto Pedagógico do curso em exame contempla, com ênfase, a defesa ambiental, tema de relevância regional. Fica evidente que a implantação dessa IES configura o divisor de águas, na vida regional, de forma sobremaneira positiva. O apoio das autoridades públicas municipais e estaduais constituem prova eloquente da constatação anterior.

Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

A IES tem como missão é disseminar o saber, formando profissionais ativos, críticos, reflexivos, investigativos, com formação humanística e visão interdisciplinar capazes de identificar as principais questões de sua área, apontando soluções de forma eficaz; comprometidos com a pesquisa e extensão, com a produção e disseminação de conhecimentos, visando contribuir para o desenvolvimento nacional em harmonia com o princípio amplo da sustentabilidade: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso.

Guarantã do Norte, localizada a 745 km da capital do estado de Mato Grosso, nasceu do assentamento agrário realizado pela Cooperativa Triticola de Erechim Ltda e Incra. Em 1980, chegaram as primeiras famílias vindas do Rio Grande do Sul, e então formaram a Vila Cotrel; logo em seguida, chegaram os brasiguaios. Em 02 de junho de 1982, moradores da região e autoridades representativas de órgãos estaduais lavraram a ATA de fundação e, em 1984, a vila foi elevada à categoria de distrito de Colíder. No dia 13 de maio de 1986, Guarantã do Norte transformou-se em município. O nome Guarantã foi escolhido por existir em abundância nas matas da região uma espécie de árvore popularmente conhecida por este nome, o norte lhe foi acrescentado para diferenciá-lo de um homônimo existente no estado de São Paulo. O município está crescendo e conta hoje com uma população estimada em 35.497 habitantes (IBGE 2018). Com uma forte vocação agropecuária, o município se fortalece cada vez mais, diversificando-se e se projetando como importante centro agroindustrial no futuro próximo.

Educadores apoiados pela população e pelas autoridades municipais e órgãos representativos, resolveram implantar três novas Instituições de Ensino Superior nas cidades de Juína, Juara e Guarantã do Norte-MT. A mantenedora das Faculdades instaladas em Juína, Juara e Guarantã do Norte-MT preocupou-se em estabelecer uma visão caracterizada pelo conhecimento do cenário e tendências socioeconômicas e culturais das regiões noroeste e norte de Mato Grosso, desvelando e prevendo pela análise crítica os ambientes futuros em que as IES se situariam, não menosprezando o fato de que tal visão imediata deverá ser renovada constantemente. A análise e reflexão sobre toda a conjuntura já apresentada permitem à ACADEMIA JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA-ME acreditar conscientemente em seu empreendimento,

proporcionando com suas decorrências o desenvolvimento das regiões em que se instalarão.

A Faculdade do Norte de Mato Grosso – AJES solicitou seu credenciamento em 2012 juntamente com 4 cursos vinculados (Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem e Letras). Em 05 de junho de 2015 teve seu credenciamento publicado. Em 29 de junho de 2015 os cursos Administração; Letras; Enfermagem; Ciências Contábeis; tiveram suas Portarias publicadas. Nesse mesmo ano de 2015 foi solicitada a autorização de 02 cursos: Fisioterapia, autorizado em 30 de março e o Curso Bacharelado em Psicologia, autorizado em 04 de julho de 2017. Em 2016 foi solicitada autorização de 02 cursos: O Curso de Bacharelado em Odontologia, autorizado em 27 de setembro de 2017.

Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

Curso Superior de Tecnologia em Serviços Judiciais.

Indicar a modalidade de oferta.

A modalidade de oferta do curso é presencial.

Informar o endereço de funcionamento do curso.

O Curso funcionará na Rua Oitis, s/n, cidade de Guarantã do Norte, estado do Mato Grosso, CEP 78.520-000.

Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

De acordo com os documentos pensados no Portal do INEP e apresentados para avaliação, o PPC do curso foi elaborado de forma a atender à todas as necessidades pedagógicas do Curso Tecnologia em Gestão em Serviços Judiciais no município de Guarantã do Norte, bem como das cidades da microrregiões e aquelas situadas no Sul do estado do Pará. O PPC foi construído pela equipe pedagógica do NDE – Núcleo Docente Estruturante, nomeado pela Portaria nº 004/2016 de 10 de maio de 2016, No documento está previsto a busca constante de interação com a comunidade através da disponibilização de serviços e recursos humanos qualificados na área. No PPC constam informações sobre as atividades que serão desenvolvidas de forma obrigatória, como aulas teóricas e complementares. O perfil desejado do futuro egresso está descrito e bem delimitado em um tópico específico do PPC de curso, assim como as formas de acesso, sistema de avaliação de ensino e de aprendizagem e do projeto do curso.

O PPC de curso foi construído respeitando as Normatizações dos Cursos Superiores de Tecnologia, nomeadamente o Parecer /CNE/CES 436/2001 e Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. De outro lado, o seu respaldo jurídico emana do disposto no Art. 81 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96).

Já a sua matriz curricular respeita as diretrizes e normas nacionais da educação, trazendo disciplinas ditas do núcleo comum com o objetivo de humanizar o futuro profissional em Tecnologia em Gestão em Serviços Judiciais, (Direito Ambiental, Direitos Humanos, História e Cultura indígena e Afro-Brasileira e Libras) a carga horária total do curso é de 2.100, horas/aula com duração de 60 minutos. Foram verificadas in loco atas de convocação 04/2016 onde o Diretor

de Ensino da Faculdade do Norte de Mato Grosso - AJES convoca os membros do NDE do curso de Tecnologia em Gestão de Serviços Judiciais para se reunirem semanalmente a partir do dia 18 de maio de 2016, no período vespertino para estudarem o Catálogo Nacional dos curso de Tecnologia em especial ao Curso de Gestão de Serviços Judiciais e traçarem metas para criação do PPC do curso. A construção, implantação e consolidação do PPC do curso está devidamente documentada em atas conforme verificado in loco.

Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

Não se aplica ao curso Superior de Tecnologia em Gestão em Serviços Judiciais.

Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

Não se aplica.

Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

O PPC de curso foi construído respeitando as Normatizações dos Cursos Superiores de Tecnologia, nomeadamente o Parecer /CNE/CES 436/2001 e Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. De outro lado, o seu respaldo jurídico emana do disposto no Art. 81 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96), que legisla acerca da possibilidade da oferta de curso experimental.

Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

A Instituição não possui Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão.

A Instituição teve duas diligências no Despacho Saneador com resultado parcialmente satisfatório. O despacho recomenda que “na fase de avaliação, seja verificada a pertinência e relevância da oferta do curso e a justificativa da oferta do curso em relação ao contexto local e regional em que a IES está localizada, incluindo dados estatísticos, socioeconômicos, ofertas similares por outras IES e as demandas que justificam a oferta do curso.”

Informar o turno de funcionamento do curso.

O Curso Superior de Tecnologia em Serviços Judiciais em análise será ofertado no turno noturno.

Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

A estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Serviços Judiciais é de 2000 horas relógios.

Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão de Serviços Judiciais o tempo mínimo para a integralização do curso é 5 semestres e o máximo é de 10 semestres.

Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES;

atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

A Coordenadora, com titulação de mestre, e a seguinte formação: Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Especialista em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos; e Doutoranda em Direito Pública pela Universidade de Coimbra. Está contratada em regime de tempo integral, e possui vínculo com a Faculdade do Norte de Mato Grosso – AJES desde 2016. Tem atuação profissional área de Direito, com ênfase em Direito Ambiental, Administrativo, Civil, Processo Civil e em Gestão Acadêmica.

Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

O Índice de Qualificação do Corpo Docente do Curso Superior de Tecnologia em Serviços Judiciais é 3,166. O Corpo Docente cadastrado no formulário eletrônico é composto de 06 professores, dos quais 01 possui título de doutor, 04 possuem título de mestre e 01 professor possui título de especialista.

Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

O Corpo Docente cadastrado no formulário eletrônico é composto de 06 professores, dos quais 01 possui título de doutor, 04 possuem título de mestre e 01 professor possui título de especialista.

Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

Não se aplica. Não foram identificadas na matriz curricular disciplinas ofertadas em língua estrangeira.

Informar previsão de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

A matriz curricular cadastrada para o curso oferece a disciplina de Libras no terceiro semestre do curso, como disciplina obrigatória e com carga horária de 40 horas.

Explicitar previsão de oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

Não foi identificada oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

Informar sobre a previsão de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

Não se aplica. O Curso não pertence a área da saúde.

Descrever o sistema previsto de acompanhamento de egressos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI contempla um plano de acompanhamento dos egressos. Ele considera que é pela avaliação dos egressos que se pode ter a exata dimensão dos resultados práticos de seus cursos, constando o seu grau de intervenção sócio profissional.

O Plano de acompanhamento de egressos será feito através de um cadastro informatizado dos alunos, com atualização periódica e acompanhamento das atividades profissionais e/ou acadêmicas do egresso.

O Plano de acompanhamento, a ser implantado pela instituição, prevê consultas periódicas aos egressos, a fim de investigar a aplicabilidade concreta dos conhecimentos adquiridos no curso. Com esse “feedback”, a coordenação poderá reordenar sua proposta didático-pedagógica aos novos desafios enfrentados pelos egressos.

O procedimento de acompanhamento da trajetória de seus ex-alunos será desenvolvido da seguinte maneira, a IES tem como porte de sua avaliação institucional a verificação da distribuição ocupacional dos seus egressos, de maneira a poder ajustar o seu projeto didático-pedagógico às necessidades do mercado.

A Instituição pretende acompanhar a trajetória de seus ex-alunos através dos seguintes procedimentos acadêmicos: a) realização de seminários com ex-alunos a cada dois anos; b) oferecimento de descontos à ex-alunos para cursos de pós-graduação; c) controle dos resultados de concursos públicos em todas as esferas da federação; e d) contato por e-mail com troca de informações sobre a situação social e profissional.

A Instituição pretende observar os seguintes indicadores: a) percentual de ex-alunos aprovados em concursos públicos e nível de satisfação, importância social e política nas cidades da região de abrangência da IES; b) relação entre formação técnica e crítica, as consequências profissionais e sociais; c) envolvimento dos profissionais com as atividades de extensão da IES ou de outra instituição de ensino superior, ONGs, etc.; e d) grau de continuidade na formação, através da realização de Cursos de Atualização, Especialização (acadêmicos), Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.

Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar para a modalidade a distância, quando for o caso.

Não se aplica. O Curso foi proposto na modalidade presencial.

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 5,00

1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com os documentos apensados na base do INEP e com base nos dados e informações coletadas durante o processo de visita, verificou-se a congruência existente entre as políticas e diretrizes institucionais que buscam assegurar a disseminação do processo de ensino e de aprendizagem, que enfatizam a formação do egresso, como um agente reflexivo no contexto político, econômico e social. Constatou-se a preponderância da IES no desenvolvimento comunitário e social, por meio de práticas de extensão inovadoras, que visam à promoção da comunidade e microrregião.

1.2. Objetivos do curso. 5

Justificativa para conceito 5: A IES define claramente os propósitos do curso de Tecnologia em Gestão de Serviços Judiciais, apontando NO PPC o objetivo Geral do Curso, que é "Formar profissionais para o excelente desempenho nas carreiras parajurídicas, sejam elas no poder judiciário, nos cartórios judiciais e extrajudiciais, tabelionatos, na esfera policial, nos cartórios e tabelionatos, escritórios de advocacia,

assessorias parlamentares, concílio, mediação e arbitragem, além de abrir largos horizontes como profissional autônomo". Destaca com clareza o perfil do profissional egresso, que estão em consonância com os objetivos do curso, destacando a inserção do profissional, em vista do contexto socioeconômico e político-cultural da região e da sociedade já inserida no universo da nova economia. A IES aponta ainda uma proposição de extensão das práticas inovadoras, com a utilização de metodologias ativas, sustentadas pela práxis formadora. Assim, pelo exposto, fica patente a concretização do disposto na Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002: "Art. 2º. Os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como cursos superiores de tecnologia e deverão: (...) VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular."

1.3. Perfil profissional do egresso. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com o parecer CNE/CES 436/2001, que normatiza os cursos Tecnológicos a definição clara do perfil profissional do egresso se constitui em condição essencial da elaboração do PPC, no entanto, o aludido parecer destaca que "a especialização não deve intimidar a interdisciplinaridade que o mundo moderno está a exigir e que, inerente a esse curso, também o aproximará dos cursos sequenciais. Os indivíduos, como sabemos, devem atuar principalmente a esse nível de formação profissional, de maneira integrada, rompendo com a antiga e retrograda segmentação. Isto nos leva aos conceitos de áreas do saber mais amplas e mais condizentes que as áreas de conhecimento.". Dessa forma, verificou que o PPC além de apontar claramente o perfil e as competências do profissional egresso do curso de Tecnologia em Serviços Judiciais, desdobra com o alinhamento às demandas locais e regionais, destacando um planejamento de ações e com retroalimentação apresentadas pelo mundo do trabalho.

1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005). 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com os documentos apresentados e apensados no Portal do INEP, verificou-se que o PPC apresenta de forma clara e objetiva todo o planejamento do curso, apontando as disciplinas e as respectivas carga horária (hora aula 60 minutos), considerando em sua matriz elementos que evidenciam o desenvolvimento das habilidades humanas, técnicas e conceituais, bem como a articulação entre a teoria e prática, com vistas a promover o desenvolvimento do profissional egresso, explicitando claramente a oferta da disciplina de Libras. A presença do estágio supervisionado no PPC configura comprovação cabal da articulação entre teoria e prática, sobretudo relevante para um profissional com funções claramente determinada à organizações jurídicas, configurando-se práxis inovadora. Enfim, a inovação consiste na configuração de um novo profissional para o assessoramento de serviços para profissionais tradicionais.

1.5. Conteúdos curriculares. 5

Justificativa para conceito 5:Conforme aludido no item 1.4 com o qual esse indicador mantém uma relação de proximidade de elementos conceituais, e de acordo com os documentos apensados no portal do INEP e com os dados coletados a partir da visita in loco, verificou-se que o PPC contempla as disciplinas de formação humana, técnica e conceitual, com destaque para as disciplinas de Libras, Direitos Humanos, Gestão de Pessoas, Direito Ambiental e a disciplina de História e Cultura Indígena e Afro-brasileira. Apresenta ainda em sua proposta curricular a oferta de horas/aula de 60min. O PPC considera ainda a articulação entre a teoria e prática, com vistas a promover o desenvolvimento do profissional egresso, explicitando claramente a oferta da disciplina de Libras. A presença do estágio supervisionado no PPC configura comprovação cabal da articulação entre teoria e prática, sobretudo relevante para um profissional com funções claramente determinada à organizações jurídicas, configurando-se práxis inovadora. Enfim, a inovação consiste na configuração de um novo profissional para o assessoramento de serviços para profissionais tradicionais.

1.6. Metodologia.

5

Justificativa para conceito 5:Considerando os dados coletados por meio do contato estabelecido com os professores, bem como com os documentos e registros disponibilizados pela IES, constatou-se que as práticas de ensino e as metodologias utilizadas para o processo de transmissão e difusão do processo de ensino e de aprendizagem. Assim, a proposta metodológica prevista no PPC está orientada por uma pedagogia dinâmica, progressista, inovadora e comprometida com a formação de um profissional ético, crítico, atuante, interativo, empreendedor e com compromisso social. Nota-se ainda que, por meio da concepção da Matriz Curricular do curso os fundamentos necessários ao exercício profissional do egresso, que permeia a prática e incentivo ao desenvolvimento e atualização continuada do corpo docente. O binômio ensino/aprendizagem é percebido na prática realizada pelos alunos, seja por meio de atividades interdisciplinares, transdisciplinares, diversidade e alteridade, formação integrada e educação continuada. Por fim, da análise dos documentos do Formulário Eletrônico e do contato com o corpo docente exsurge à conclusão acerca da plena observância do disposto na Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, Art. 2º, VI, em termos de flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente.

1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

NSA

Justificativa para conceito NSA:A legislação não impõe o Estágio Curricular a cursos superiores de tecnologia.

1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se trata de cursos de Licenciatura.

1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica ao curso em análise.

1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com os documentos postados na base de dados do INEP e disponibilizados para consulta na visita realizada in loco, foi possível constatar que o PPC contempla a oferta das Atividades Complementares durante todo o processo de oferta dos cursos, com as respectivas carga horária, sendo que tais Atividades Complementares permeiam todos os Currículos dos Cursos de Graduação IES avaliada, o que nos permite assegurar que tal prática é recorrente na instituição, focando temas e assuntos voltados para a promoção da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, permitindo o desenvolvimento de ações extracurriculares, que complementam o conhecimento dos alunos, sua formação geral e específica, e os ajudam e fomentam a construção de um perfil profissional generalista e criativo, a partir de um estreitamento das relações com conteúdo das disciplinas que de todo o curso, contemplando temas e assuntos emergentes nas áreas afins, que asseguram o fomento da formação profissional, que se dá no intercâmbio entre os conhecimentos desenvolvidos na sala de aula e com a interação crítica e construtiva com a práxis profissional. Destaca-se ainda que, o NDE e colegiados de curso possuem autonomia para criar atividades voltadas para a complementação e/ou incremento da formação discente.

1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). NSA

Justificativa para conceito NSA: A legislação não impõe o TCC para cursos superiores em Tecnologia.

1.12. Apoio ao discente. 5

Justificativa para conceito 5: As normatizações institucionais da IES concretizam ações e programas institucionais de apoio ao alunado, nomeadamente o PPC registra e se efetuou avaliação "in loco", ficando comprovada a estrutura e funcionamento do departamento psicopedagógico, encarregado de apoio em casos de problemas de aprendizagem e encaminhamento para outros profissionais em caso de disfunções de outra natureza. A par disso, efetuam-se outros programas institucionais concernentes a este indicador, salientando-se o Programa de Apoio Financeiro, Bolsa-Trabalho, Estímulo à Permanência e, sobretudo, o Programa de Nivelamento, extremamente relevante em função do perfil socioeconómico do estudantado. Este indicador, pela

análise de documentos e verificações presenciais, está muito bem provido.

1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa. 5

Justificativa para conceito 5: Com base nos documentos disponibilizados para consulta e nas entrevistas realizadas com os membros componentes da CPA (corpo docente, discente, técnico-administrativo e membro da comunidade, tendo como participante o Prefeito do Município, que participou da reunião e participa ativamente dos trabalhos desenvolvidos pela IES), foi possível constatar que a gestão dos cursos, são movidas pelo processo de retroalimentação da avaliação interna realizada pelos discentes, com periodicidade semestral, realizadas pelos alunos, bem como pelas avaliações anuais que participam todos os atores institucionais (alunos, corpo docente e técnico-administrativos). Assim, após realização de reuniões com os diversos atores verificou-se que os resultados e do processo de avaliação externas e internas promovem um movimento interno de incorporação de ações corretivas, preventivas e/ou de melhorias nos diversos segmentos da comunidade acadêmica. Dessa forma, a comissão conclui que a IES atende plenamente o indicador analisado.

1.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Esse indicador não se aplica ao curso avaliado.

1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Esse indicador não se aplica ao curso avaliado.

1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com os dados que foram observados na visita in loco, bem como nas informações coletadas junto aos gestores da IES, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação é realizado pelo Sistema Gestão Integrado de Gestão - Web GIZ, voltado para o compartilhamento de conteúdo e interação on line entre os discentes, docentes, coordenações de curso e técnicos/administrativos. O software, desenvolvido por uma empresa por uma empresa parceira, foi customizado e atende às necessidades com diversas funcionalidades práticas e úteis para os diferentes públicos e viabilizam o acesso a emissão de documentos on line, acompanhamento de notas e frequência, acesso ao repositório de materiais didáticos disponibilizados pelos docentes, acesso ao acervo bibliográfico - com destaque para a reserva e renovação de livros -, dentre outros. Dessa forma, a comissão considera que as Tecnologias da

Informação e Comunicação estão disponíveis de forma adequada às demandas dos discentes e docentes, além de ser um aporte para assegurar o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.

1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

1.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com os documentos disponibilizados para a consulta na visita in loco, foi possível verificar que o processo de ensino e de aprendizagem está descrito, formalizado e planejado no Regimento da Geral da IES, fixa regras que observa os preceitos gerais da educação inclusive adotando critérios de avaliação por disciplina, a par do percentual de presença. Análises dos documentos e manifestação do corpo docente evidenciam preocupação para que a avaliação do aprendizado se pautem pela visão formativa, somativa e não punitiva. Também fica evidente a preocupação em manter alta qualidade do aprendizado, cita-se como exemplo o percentual de 70% para a aprovação nas disciplinas de todos os cursos. Em suma, vale destacar a prioridade conferida ao aprendizado.

1.20. Número de vagas. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com os dados e informações numéricas da região, compiladas pelos estudos quali/quantitativos da região e microrregião, o curso comporta o número de vagas ofertadas, bem como vistoria in loco, constata a existência de infraestrutura física e pedagógica capaz de assegurar a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem. Os compromissos de exercício de magistério prestam suporte ao atendimento do número de vagas pleiteado.

1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA: Não se aplica.

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL 4,88

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE. 5

Justificativa para conceito 5:A análise da documentação constante do Formulário Eletrônico, bem como a documentação interna da instituição, a par de reunião com o NDE, ficou patente o provimento de todos quesitos alinhados na Resolução N° 01, de 17 de junho de 2010, que "Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências", emanada da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Aliás, esses quesitos são até superados, visto que 100% dos membros possuem titulação 'stricto sensu', bem como a IES lhes fornece tempo integral.

2.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:Não se aplica.

2.3. Regime de trabalho do coordenador de curso. 5

Justificativa para conceito 5:De acordo com a análise dos documentos apresentados pela IES e com base na entrevista realizada com a Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão em Serviços Judiciais, verificou-se que existe um Planejamento de Ação anual, que descreve todas as atribuições, distribuídas em três funções, Função Política, Função Gerencial e Função Acadêmica, que apontam os detalhes das ações distribuídas ao longo do ano de 2019, bem como os parâmetros e indicadores de desempenho. Tais fatos, atrelados ao regime de tempo integral, a par do grau acadêmico, permite assegurar que a IES provê, "ipsis litteres", todos os termos do conceito adotado para esse indicador.

2.4. Corpo docente: titulação. 4

Justificativa para conceito 4:Com base nas informações disponibilizados no Formulário Eletrônico, nos documentos apresentados pela IES foi possível constatar que o Corpo Docente previsto para atuação no primeiro ano do curso é composto por 5 (84%) de mestres e 1 (16%) Doutor, sendo possível identificar que todos os professores possuem experiência profissional na sua área de atuação. Evidencia-se assim, a capacidade de promover e disseminar o conhecimento teórico e prático, previsto na formação do egresso. Em suma, a titulação é adequada e aderente às disciplinas ministradas. Também se verifica consistência entre as atividades de pesquisa do corpo docente e a proposta do curso, embora a IES, enquadrada na organização acadêmica faculdade não tem o compromisso formal com a pesquisa, por conseguinte sendo desnecessária a publicação de ponta.

2.5. Regime de trabalho do corpo docente do curso. 5

Justificativa para conceito 5: Com base na documentação apresentada pela IES e de acordo com a visita 'in loco', foi possível identificar que o regime de trabalho de todo o corpo docente de tempo integral permitirá a concretização do disposto do PPC. Dessa forma, e do contido na documentação descritiva, ficam providos todos os quesitos constantes do indicador. As reuniões com o corpo docente e o NDE, demonstraram, à saciedade, a disposição e o entusiasmo para a concretização dos compromissos assumidos no PPC.

2.6. Experiência profissional do docente (excluída a experiência no exercício da docência superior). NSA para cursos de licenciatura. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com os dados apensados no Formulário Eletrônico e de acordo com a documentação comprobatória apresentada pela IES, apontam que todos os professores compromissados com o primeiro ano do curso, dispõe de formação acadêmica e profissional para assegurar a execução do PPC acerca do desenvolvimento do perfil do egresso. Assim, cumpre afirmar que a experiência acadêmica e profissional docente, provê todos os requisitos estipulados nos critérios do indicador.

2.7. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.8. Experiência no exercício da docência superior. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com a documentação apensada no Portal do INEP, bem como com a documentação disponibilizada pela IES e entrevistas realizadas com os docentes, permitiu identificar a experiência educacional, de todo o corpo docente previsto para o primeiro ano curso, plenamente capaz de concretizar o registrado no PPC. Dessa forma, pode-se afirmar que a experiência docente requerida pelo indicador avaliado é plenamente satisfatório.

2.9. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA

2.10. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.11. Atuação do colegiado de curso ou equivalente. 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com o PPC e os documentos institucionais disponibilizados pela IES está institucionalizada a atuação do Colegiado do Curso, que, naturalmente, poderá se concretizar se tiver início as atividades pedagógicas do curso. Dessa forma, é possível afirmar que a IES prevê a representatividade de todos os atores institucionais no Colegiado do Curso.

2.12. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

2.13. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

2.14. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

2.15. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. 5

Justificativa para conceito 5:De acordo com os documentos apensados no Portal do INEP e com base nos documentos comprobatórios apresentados pela IES durante o processo de visita 'in loco' foi possível verificar que todo corpo docente previsto para o primeiro ano do curso possui mais de 9 publicações nos últimos 3 anos. Assim, é possível afirmar que tais produções superam àquelas previstas no indicador avaliado.

Dimensão 3: INFRAESTRUTURA 4,88

3.1. Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral. Considerar os espaços de trabalho para os docentes em Tempo Integral do primeiro ano do curso (CST) ou dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5:Durante o processo de visitação às instalações da IES foi possível verificar a existência de infraestrutura adequada, com salas reservadas, climatizadas, com equipamentos eletrônicos, que possibilitam o atendimento individualizado, com sigilo e segurança para os interlocutores. Verificou-se ainda que, em todos os espaços da IES existem pisos tátil, mesas e infraestrutura adequada para cadeirantes, bem como placas em braille. Assim, diante do exposto, é possível afirmar que a IES possui um ambiente que atende plenamente o avaliado pelo indicador.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador. 4

Justificativa para conceito 4:De acordo com a visitação às instalações realizadas "in loco" foi possível verificar que os recursos oferecidos, bem como a infraestrutura designada para as atividades da Coordenação do Curso, deixam evidentes que o indicador que melhor espelha a conjuntura verificada é o correspondente ao nº 4, também pela carência de infraestrutura tecnológica diferenciada.

3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso. Considerar a sala coletiva de professores para os docentes do primeiro ano do curso (CST) ou dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: A sala de professores é ampla, climatizada, possui duas instalações sanitárias, dois lavatórios, armários, geladeira, mesa com 10 cadeiras, dois sofás, televisão 4 computadores ligados a internet, cafeteira e bebedouro eletrônico. Tais dados permitem afirmar que as instalações atuais atendem plenamente aos requisitos propostos pelo indicador avaliado.

3.4. Salas de aula. Considerar as salas de aula para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com as visitas realizadas "in loco" todas as salas de aula da IES são climatizadas, oferecendo os recursos didáticos e tecnológicos para a disseminação do processo de ensino e de aprendizagem. As limpezas e manutenção acontecem de forma sistemática, seja na atuação preventiva e corretiva. Nota-se ainda, que todos os ambientes, assim como as salas de aula, foram concebidos para promover a acessibilidade, tendo, nas salas de aula, locais específicos e sinalizados para os cadeirantes. Destaca-se, ainda que, todos os espaços da IES são contemplados por pisos tátil, com rampas de acesso e com placas indicativas em braille. Os laboratórios de informática contemplam os mesmos indicativos anteriores, com destaque para os recursos tecnológicos e teclados adaptados exclusivamente para o uso de portadores de deficiência visual. Assim, os recursos e a infraestrutura oferecida pela IES supera as expectativas estabelecidas no indicador avaliado.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática. Considerar o laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática, para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com as visitas realizadas "in loco" a IES possui em todos os espaços de circulação e convivência, a concepção para promover a facilidade de acesso, seja por meio de rampas, placas indicativas de braille, bem como de locais específicos e sinalizados para os cadeirantes, bem como equipamentos e acessórios adequados ao uso exclusivo de portadores de deficiência visual, para promover o processo de ensino e de aprendizagem. Assim, os recursos e a infraestrutura oferecida pela IES supera as expectativas estabelecidas no indicador avaliado. Dessa forma, a comissão considera o acesso às instalações de laboratório de informática de forma adequada e que atende plenamente os critérios estipulados pelo indicador avaliado.

3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia básica para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: Após a análise da documentação e da vistoria "in loco", emergiu a conclusão de que a biblioteca, localizada em ótimo espaço, hospeda a bibliografia básica imprescindível para os dois primeiros anos. O acervo está disponível, tombado e informatizado.

As notas fiscais referentes às aquisições foram apresentadas espontaneamente pela IES. As instalações possuem ainda 8 (oito) computadores com acesso à internet, para a utilização dos alunos e mais 4 (quatro) para utilização interna, para registro de empréstimo e de renovações do acervo físico, além de um Scanner com Voz e teclado de computador adaptado para portadores de deficiência visuais. O acervo pode ser consultado, reservado e renovado pelo aluno e/ou professor, remotamente, por meio de acesso à internet, bem como por dispositivos mobile. Nota-se ainda que a IES mantém assinatura eletrônica de várias revistas periódicas da área jurídica, ressaltando que na relação apresentada foi verificada mais de 60 títulos (de revistas). Assim, nota-se que a IES atende plenamente os requisitos estipulados pelo conceito avaliado.

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: Haja vista a similaridade com os conceitos apresentados pelo item 3.6 (anterior) destaca-se que, após a análise da documentação e da vistoria "in loco", concluiu-se que, a biblioteca, hospeda a bibliografia complementares imprescindíveis para os dois primeiros anos. O acervo está disponível, tombado e informatizado. As notas fiscais referentes às aquisições foram apresentadas espontaneamente pela IES. As instalações possuem ainda 8 (oito) computadores com acesso à internet, para a utilização dos alunos e mais 4 (quatro) para utilização interna, para registro de empréstimo e de renovações do acervo físico, além de um Scanner com Voz e teclado de computador adaptado para portadores de deficiência visuais. O acervo pode ser consultado, reservado e renovado pelo aluno e/ou professor, remotamente, por meio de acesso à internet, bem como por dispositivos mobile. Nota-se ainda que a IES mantém assinatura eletrônica de várias revistas periódicas da área jurídica, ressaltando que na relação apresentada foi verificada mais de 60 títulos (de revistas). Assim, nota-se que a IES atende plenamente os requisitos estipulados pelo conceito avaliado.

3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC. Considerar os laboratórios para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: De acordo com as visitas realizadas "in loco" a IES possui dois laboratórios de informática, que são climatizadas, ambos com a oferta de 40 computadores, com hardware e software adequados às necessidades dos cursos. Constata-se a disponibilização da internet não apenas nas instalações dos laboratórios, mas sim em todo o espaço da IES. Assim, como todas as salas de aula da IES, os laboratórios foram concebidos para promover a acessibilidade, possuindo locais específicos e sinalizados para os cadeirantes, bem como equipamentos e acessórios adequados para o uso

exclusivo de portadores de deficiência visual. Assim, os recursos e a infraestrutura oferecida pela IES supera as expectativas estabelecidas no indicador avaliado.

3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC. Considerar os laboratórios para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

Dimensão 4: Considerações finais.

Dimensão 4.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

1) Edson Moura da Silva (Ponto Focal)

2) Adalcio Machado dos Santos

Dimensão 4.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Número do processo de avaliação: 201608837

Dimensão 4.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

Nome da IES: Faculdade do Norte de Mato Grosso (AJES)

Endereço: SEDE - Rua Oitis, nº 150, Bairro Jardim Vitória - Guarantã do Norte - MT. CEP:78520-000

Dimensão 4.4. Informar o ato autorizativo.

À luz do disposto no Art. 44, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, compaginada com o Art. 81 da Lei 9.394, de 1996, incumbe à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação deliberar acerca de pleito de autorização de curso experimental.

Dimensão 4.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas pretendidas.

Nome do curso: Tecnologia em Gestão de Serviços Judiciais

Grau: Graduação (Curso Superior em Tecnologia)

Modalidade: Presencial

Número de vagas pretendidas: 100 (cem) vagas/ano

Dimensão 4.6. Explicitar os documentos utilizados como base para avaliação (PDI e sua vigência; PPC; Projeto de Autoavaliação e demais relatórios da IES).

Os documentos utilizados como base para avaliação regulatória de autorização do curso de Tecnologia em Gestão de Serviços Judiciais, foram:

- 1) PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, cuja vigência até dezembro de 2019;
- 2) PPC - Projeto Pedagógico do Curso;
- 3) Projeto de Autoavaliação institucional;
- 4) Relatórios da CPA - Comissão Própria de Avaliação;
- 5) Livro de Ata de Reuniões do Colegiado do Curso;
- 6) Livro de Atas de Reunião do NDE;
- 7) Relatórios institucionais.

Dimensão 4.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

No que concerne a primeira dimensão Didático-Pedagógica avaliada, foi possível identificar que as políticas e diretrizes institucionais buscam promover a disseminação do processo de ensino e de aprendizagem, seja na promoção práticas pedagógicas que propiciam o desenvolvimento e formação do egresso como um agente reflexivo no contexto político, econômico e social. Nota-se ainda que PPC apresenta de forma clara e objetiva todo o planejamento do curso, considerando em sua matriz elementos que evidenciam o desenvolvimento das habilidades humanas, técnicas e conceituais, bem como a articulação entre a teoria e prática, com vistas a promover o desenvolvimento do profissional egresso, vislumbrando a oferta da disciplina de Libras. Os instrumentos de autoavaliação são utilizados pela gestão dos cursos como forma

de retroalimentar o processo de melhoria e aprimoramento contínuo, propiciando o aperfeiçoamento didático, acadêmico e institucional. Constatou-se a preponderância da IES no desenvolvimento comunitário e social, por meio de práticas de extensão inovadoras, que visam à promoção da comunidade e microrregião.

No que tange à dimensão do corpo docente, fica evidente a adequação entre o regime de trabalho (Tempo Integral - TI), formação acadêmica e experiência profissional para a concretização do disposto no PPC. Destaca-se ainda que, todo o corpo docente previsto para o primeiro ano do curso já está contratado e atuando na instituição há mais de 6 anos (em média), o que demonstra e ressalta o compromisso institucional com o processo de fomento do ensino e do aprendizado.

Quanto a terceira dimensão avaliada, a infraestrutura, salta aos olhos a preocupação dos gestores em proporcionar as melhores condições físicas para o desenvolvimento do processo pedagógico. Ressalta-se que a IES tem em todas as instalações, que são próprias, locais adequados e devidamente sinalizados para promover a acessibilidade de cadeirantes e portadores de outras deficiências. A fim de propiciar o deslocamento do corpo discente de cidade circunvizinhas, a IES disponibiliza diariamente 5 (cinco) ônibus para realizar o deslocamento necessários. Por fim, vale registrar que o edifício da IES foi especialmente edificado para ser uma organização acadêmica.

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES	
Durante o processo de visita 'in loco' para avaliação da autorização do curso de Tecnologia em Gestão de Serviços Judiciais a comissão verificou que a IES foi edificada com o propósito de ser uma organização acadêmica, oferecendo uma infraestrutura adequada ao processo de transmissão e difusão do ensino e da aprendizagem. A direção e os gestores institucionais estão imbuídos com uma formação de qualidade, buscando integrar a comunidade com diversas e diferentes práxis sociais formativas. A construção do conhecimento e os registros da história da comunidade e da IES, permeiam os trabalhos acadêmicos, bem como uma preocupação institucional. Nota-se um corpo técnico-administrativo com os mesmos valores institucionais, inspirando respeito, conhecimento e orgulho no exercício de suas ações voltadas para o mundo acadêmico. Destaca-se que todo corpo docente previsto para o primeiro ano do curso em epígrafe, possui regime de trabalho integral e vínculo empregatício com a IES há vários anos, bem como titulação 'stricto sensu' e uma vasta experiência acadêmica e profissional. Tudo isso corrobora para a conclusão de que a IES investiu e continua investindo no processo de ensino e de aprendizagem de qualidade e com marcas formativas diferenciadas. Por fim, salienta-se o zelo e a aplicação das normas concernentes à educação.	
CONCEITO FINAL CONTÍNUO	CONCEITO FINAL FAIXA
4,93	5